



Donald Wilson DO Enrique Sosa



Robert Gerrity

Alain Belda

Grandes empresários defendem reforma da economia brasileira

São Paulo — Dez grandes empresários brasileiros e estrangeiros — que, juntos, representam um faturamento, este ano, equivalente a cerca de 7 bilhões de dólares — defendem uma reforma estrutural da economia brasileira, para dar maior espaço à livre iniciativa e reduzir a participação do Estado.

Essa seria a forma de retirar o país da atual situação de dificuldades, concordaram Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Alain Belda (Alcoa), Robeli Libero (IBM do Brasil), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Donald Wilson (Anderson Clayton), Enrique Sosa (Dow Química), Manoel Octávio Pereira Lopes (H. Levy Pereira Lopes), Clifford Vaughan (General Motors), Robert Gerrity (Ford Brasil), e João Guilherme Ometto (Grupo Ometto).

É necessário um gerenciamento empresarial do país, afirmou o presidente da H. Levy Pereira Lopes (a maior corretora do mercado de capitais do país), Manoel Octávio Pereira Lopes: “É preciso gerenciar o Brasil como se administra uma empresa, logicamente guardando as devidas proporções”. Durante a última semana, o tema da reforma da economia voltou à discussão entre os empresários. O presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, reabriu o debate, em um pronunciamento na Associação Comercial de São Paulo. Depois, houve o seminário da Câmara Americana de Comércio, onde o tema voltou a ser intensamente discutido.

Retirada dos controles

A Defesa da retirada do controle estatal da economia une os empresários. O presidente da Alcoa, Alain Belda, afirma: “Não temos ainda um capitalismo no país. O capitalismo de fato é que pode tirar o país do buraco em que se encontra.”

— Nossa saída, hoje, está na exportação e na volta do crescimento do mercado interno, o que não ocorreu. Com a redução dos controles estatais sobre a economia, não tenho dúvidas de que os investimentos voltarão a fluir mais rapidamente — assegurou o empresário.

O presidente da IBM do Brasil, Robeli Libero, concorda com Belda: “Nós gostaríamos de uma menor participação do Estado na economia, com menor ação política e menos regulamentos. Defendemos um mercado livre.”

Segundo Antônio Ermírio de Moraes, diretor superintendente do Grupo Votorantim, uma reforma estrutural não é fácil, mas “deve ser começada de forma gradual. Hoje, a indústria privada nacional está muito endividada, uma vez que

teve de fazer empréstimos para crescer. Se a reforma for feita abruptamente, poderemos ter um aumento da participação do Estado na economia”.

— A reforma estrutural deve ser mais ampla e começar pela Justiça. O país necessita de uma Justiça forte, para poder ter maior tranquilidade. Nossa Justiça hoje deixa a desejar — alertou Antônio Ermírio.

Enrique Sosa, presidente do Grupo Dow Química; Alain Belda, da Alcoa; e Donald Wilson, presidente da Anderson Clayton, discordam de Antônio Ermírio de Moraes e entendem que a reforma estrutural deve se iniciar rapidamente, principalmente com a retirada dos controles do Estado sobre a economia: “Isso é básico. As empresas estão todas perdendo e seus investimentos tendem a diminuir. Por isso, a reforma deve ser imediata”, destacou Enrique Sosa.

Essa reforma estrutural, segundo os empresários, deve atingir, de imediato, as áreas tributárias e a de controle de preços, que “vem prejudicando sobremaneira a economia nacional”, como explicou o presidente da Ford Brasil, Robert Gerrity.

Consumidor ganha

Clifford Vaughan, presidente da General Motors, também defende o fim do controle de preços e a redução da interferência governamental na economia. “Isso seria benéfico para o país como um todo, permitindo maior competitividade. Com isso, quem sai ganhando é o consumidor, que teria novas tecnologias à sua disposição.”

Essa também é a opinião do presidente da IBM do Brasil, Robeli Libero, que entende ser necessário o fim da reserva de mercado na área de informática, “para que o Brasil se capacite e tenha uma tecnologia avançada que permita a competitividade de seus produtos no mercado externo”.

Segundo o diretor superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, “os empresários conscientes sempre tiveram em mente a necessidade de ajustes econômicos internos, principalmente após a crise financeira internacional”.

— Achamos, entretanto, que o reajuste deve ser feito sem prejuízo da capacidade produtiva interna, através da reorientação dos investimentos internos, da substituição de importações e de maior produção de alimentos, sem que isso venha a ter o caráter de recessão generalizada — destacou.

O principal produtor de açúcar e álcool do país, João Guilherme Ometto, acha que chegou a hora de reestruturar a economia e observa: “Devemos começar agora, para terminar no próximo Governo. O setor agrícola não quer subsídios. Queremos apenas preços justos. É necessário uma reforma na economia que consagre, de uma vez por todas, o capitalismo como filosofia do país.”

Ao defender o capitalismo, Antônio Ermírio ressaltou que esta é “a única filosofia de trabalho que poderá permitir ao país encontrar uma saída para seus problemas de forma mais rápida”.

Os principais pontos defendidos pelos empresários para a reforma estrutural da economia: retirada dos controles de preços; reforma tributária, com redução de impostos; desburocratização da economia; retirada dos controles sobre os salários; facilidades para a instalação e funcionamento das microempresas; incentivo ao investimento produtivo; criação de mecanismos que incentivem as exportações de forma indireta, sem ferir o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT); preços justos para os produtos agrícolas; fim dos subsídios em geral.